



Junio 2019 - ISSN: 1696-8352

INTERCOOPERAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA UNICENTRAL

INTERCOOPERATION AND FAMILY AGRICULTURE: A UNICENTRAL CASE STUDY

Paulo Henrique Ruviano Brondani

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil
rick_rt@yahoo.com.br

Andrieli de Fátima Paz Nunes

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil
andrieli.nunes@gmail.com

Nandria Scherer

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil
nandriaschererb@hotmail

Denise Adriana Johann

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil
johanndenisee@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Paulo Henrique Ruviano Brondani, Andrieli de Fátima Paz Nunes, Nandria Scherer y Denise Adriana Johann (2019): "Intercooperação e agricultura familiar: um estudo de caso na Unicentral", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana (junio 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/06/intercooperacao-agricultura-familiar.html>

Resumo

Diante da competitividade do mercado atual, a intercooperação surge como uma forma de organizar as cooperativas da agricultura familiar, colaborando para sua união e trabalho conjunto na busca por melhores resultados. Sendo assim este trabalho tem como objetivo avaliar a importância da intercooperação nas cooperativas de agricultura familiar, analisando o processo de constituição da UNICENTRAL - Central de Cooperativas da Agricultura Familiar, localizada na região de Santa Maria/RS. Este trabalho trata-se de um estudo de caso e uma pesquisa exploratória e descritiva, desenvolvido a partir da realização de entrevistas direcionadas aos presidentes das cooperativas que compõem a Central. Através das entrevistas foram levantados os desafios enfrentados, perspectivas e estratégias adotadas dentro do processo de constituição da UNICENTRAL. Os resultados apontam que a constituição da Central proporciona novas oportunidades as cooperativas, favorecendo seu crescimento e a intercooperação potencializa a ampliação do acesso aos mercados, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, cooperativas, intercooperação, mercado.

Abstract

As a result of the current market competitiveness, intercooperação emerges as a way to organize cooperatives of family farming, collaborating for its união e trabalho as a whole, searching for melhores results. The objective of this work is to evaluate the importance of intercooperating cooperatives of family farming, analyzing or establishing the process of UNICENTRAL - Cooperatives of Family Farming, located in the region of Santa Maria / RS. This work deals with a case study in an exploratory and descriptive research, developed from the conduct of interviews directed to the presidents of cooperatives that compose Central. Through interviews, the challenges faced, the perspectives and strategies developed within the process of constitution of UNICENTRAL have been raised. The results confirm that the constitution of Central provides new opportunities as cooperatives, favoring seu crescimento e a intercooperação potencializa to expansion of access to markets, contributing to or development of family farming.

Keywords: Family farming, cooperatives, intercooperação, markets.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo, visto como modo de organização econômica da sociedade, caracteriza-se como forma de parceria e cooperação de pessoas com necessidades e objetivos comuns por meio de atividades conjuntas. Conforme Sales (2010, p. 24), “a cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua”, ou seja, as organizações cooperativas podem se constituir através da união de pessoas com interesses comuns e tem um papel fundamental na melhoria das condições socioeconômicas dos cooperados.

As cooperativas são organizações com muitos interesses envolvidos, visto que surgem como uma alternativa para o crescimento socioeconômico de seus cooperados. O entendimento desse sistema exige estudos constantes, aprofundamento dos conceitos, metodologias de funcionamento, realidades do ambiente, bem como as mudanças na atuação da cooperativa. Essas organizações surgem como resultado de interações sociais, da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela organização e instrumentalização, visando objetivos e resultados, de ordem social e econômica (ROSSÉS et al. 2010).

Perante a grande competitividade atual do mercado, a união de pequenos empresários associados em cooperativas gera grandes benefícios para a economia do país, para os próprios cooperados bem como para terceiros, sendo que tais sociedades também são fontes de emprego. Portanto o cooperativismo pode gerar um benefício direto se utilizado nas políticas sociais de combate ao desemprego, transformando os que antes eram desempregados em associados cooperados.

Dentre os vários tipos de cooperativas existentes, aqui é abordada a cooperativa de agricultura familiar, pois tem havido um crescimento expressivo de cooperativas desse ramo, que através do cooperativismo amplia seu mercado de comercialização garantindo renda e podendo trazer benefícios para um número maior de famílias.

As cooperativas têm um importante papel de fortalecimento da agricultura familiar, visto que por meio delas os cooperados podem se organizar e vender sua produção em comércio local como

supermercados e feiras municipais, além disso, produzir em maior escala para atender especialmente a mercados institucionais, como escolas, quartéis, universidades, hospitais, entre outros.

As organizações cooperativas, em geral, não possuem todas as competências necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, por isso, o auxílio vindo de parcerias pode ser uma opção para complementar competências (KONZEN; OLIVEIRA, 2015). Posto esse desafio para comercialização de produtos, aliado a permanente necessidade de adaptação e reestruturação das organizações, a intercooperação, que é um dos princípios do cooperativismo, surge como uma forma das cooperativas trabalharem em conjunto.

Nesse sentido, o presente trabalho busca avaliar a importância da intercooperação para as cooperativas da agricultura familiar que compõem a Central de Cooperativas da Agricultura Familiar - UNICENTRAL, localizada no município de Santa Maria/RS, identificando os fatores que levaram a constituição de uma cooperativa central de agricultura familiar, verificando as estratégias adotadas pelos gestores para desenvolver a confiança, coesão social, bem como mapeando os desafios enfrentados pela cooperativa central na perspectiva da gestão.

As organizações cooperativas, em geral, não possuem todas as competências necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, por isso, o auxílio vindo de parcerias pode ser uma opção para complementar competências (KONZEN; OLIVEIRA, 2015). Posto esse desafio para comercialização de produtos, aliado a permanente necessidade de adaptação e reestruturação das organizações, a intercooperação, que é um dos princípios do cooperativismo, surge como uma forma das cooperativas trabalharem em conjunto.

Nesse sentido, o presente trabalho busca avaliar a importância da intercooperação para as cooperativas da agricultura familiar que compõem a Central de Cooperativas da Agricultura Familiar - UNICENTRAL, localizada no município de Santa Maria/RS, identificando os fatores que levaram a constituição de uma cooperativa central de agricultura familiar, verificando as estratégias adotadas pelos gestores para desenvolver a confiança, coesão social, bem como mapeando os desafios enfrentados pela cooperativa central na perspectiva da gestão.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E O ACESSO A MERCADOS

A agricultura familiar é uma atividade em que pequenos agricultores realizam a gestão e o trabalho num processo produtivo diversificado, sendo responsável pelo sustento das famílias e, em alguns casos, como complemento de sua renda. Essa atividade, que faz parte do ramo agropecuário, é um importante segmento do Agronegócio Brasileiro, sendo também é responsável pela permanência do produtor no campo, gerando emprego e renda. Caracteriza-se, ainda, como geradora de boa parte da produção que abastece o mercado interno, ou seja, cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil (MINATEL; BONGANHA, 2015).

A agricultura familiar é um termo que tem ganhado ênfase recentemente, tanto em meio acadêmico como em políticas governamentais, como a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que

estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

Esse ramo da agricultura familiar tem suas atividades econômicas baseadas numa variedade de sistemas e cadeias produtivas, tendo uma forte relação com o território sobre o qual está inserido. Essas cadeias produtivas são desenvolvidas ao longo do tempo, envolvendo aspectos geográficos, históricos, culturais e econômicos, definindo assim a identidade e coesão social no território (SOUZA; SILVA, M.; SILVA, S., 2012).

Essa atividade de produção tem um papel muito importante para o desenvolvimento de uma região ou uma comunidade, mas para isso é importante que haja iniciativas por parte dos representantes ou líderes dessas comunidades para pressionar o governo a implementar políticas que deem sustentabilidade para este ramo, principalmente na comercialização dos produtos da agricultura familiar (PÉREZ, 2011).

Cabe ressaltar que se trata de uma atividade responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, desempenhando um papel fundamental para a economia de muitos municípios, tornando-a indispensável para o desenvolvimento do país. A gestão da agricultura familiar é formada pelos próprios familiares, onde sua moradia é o mesmo local de trabalho, podendo ter o contato direto com sua produção, e uma das características que marca este setor é a diversidade de produtos (MINATEL; BONGANHA, 2015).

Segundo Prezotto (2016), para a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, os produtores buscam parcerias, ou seja, mercado privado, mercado institucional privado e mercado institucional público. No mercado privado, a venda pode ser feita diretamente aos consumidores ou para intermediários, tais como: feiras locais, entregas em domicílio e pontos próprios (beiras de estradas, pequenas lojas de associações ou cooperativas de produtores); pequenos mercados, restaurantes; atacados e redes de supermercados; exposições e eventos.

Os canais de comercialização direta aos consumidores têm menos exigências de logística, bem como de quantidade de produtos, podendo ter maior controle do processo pelos próprios agricultores. Já os pequenos mercados, redes de supermercados e atacadistas podem fazer exigências como a forma de apresentação e rotina de entrega dos produtos. Sendo que os estabelecimentos de maior porte fazem compras de maior volume, podendo fazer entrega de produtos por consignação, pagando o que for comercializado e devolvendo o que não for vendido. A venda em eventos e exposições é direta ao consumidor, o que pode ajudar a divulgar a marca e demonstrar a qualidade dos produtos (PREZOTTO, 2016).

O mercado institucional privado possibilita a venda de produtos em maior quantidade a determinados locais como restaurantes de empresas, indústrias, hospitais privados, universidades privadas entre outros. Já o mercado institucional público, importante para a comercialização de produtos da agricultura familiar, é acessado através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir da Lei 10.696/03, de 02 de julho de 2003, o PAA se apresentava como um programa de preços mínimos para determinados produtos e garantia de renda ao agricultor familiar, contribuindo com a segurança alimentar de segmentos menos favorecidos da população brasileira.

Com a criação do PAA, as inovações institucionais também foram desenvolvidas no campo da assistência técnica e da extensão rural e na comercialização de produtos agropecuários (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013).

Conforme Grisa (2009, p. 103) “o PAA é um programa do Governo Federal que articula produção e comercialização de alimentos de agricultores familiares envolvendo uma rede de diferentes atores ao nível nacional e nos contextos locais”. Sendo assim, além de ser um programa para enfrentamento da fome e da pobreza, fortalece a agricultura através da comercialização de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, valorizando esse segmento.

Em 2009 o PNAE foi ampliado com a Lei 11.947, em que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, dando prioridade aos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas (BRASIL, 2003).

Para ter acesso às políticas públicas do governo federal, como os programas PAA e PNAE, os produtores da agricultura familiar individuais ou organizados em associações precisam obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento esse que pode ser emitido por pessoa física ou jurídica. O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado pelo governo federal em 1995, para estimular a produção agropecuária das famílias que exercem este tipo de agricultura.

Portanto o PRONAF é uma ferramenta inovadora para a agricultura familiar, visando atender as necessidades das famílias de agricultores, contribuindo para que tenham acesso a novos mercados (FERNANDES, 2013). O programa oferece diversos benefícios aos agricultores, ofertando crédito, bem como oportunidade desses produtores familiares comercializarem os produtos a mercados institucionais, tais como escolas, presídios, quartéis, universidades, etc., através do PAA e PNAE.

3. COOPERATIVISMO E INTERCOOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O Cooperativismo na agricultura familiar é uma forma de usufruir de políticas públicas, centralizar volumes de produção podendo ofertar a redes de consumidores, supermercados, facilitando a logística e o acesso a mercados institucionais como o Programa de aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim podemos entender que o cooperativismo é uma alternativa que possibilita o fortalecimento da agricultura familiar e essa por sua vez traz benefícios à sociedade e crescimento para a economia do país. Serve também de apoio para um conjunto de políticas de desenvolvimento rural, podendo ser uma estratégia de fortalecimento na economia da agricultura familiar e reforma agrária

No ano de 1844, surgiu a primeira cooperativa, localizada na Inglaterra, a partir da união de 28 operários, entre eles uma mulher, na maioria tecelões, que buscavam na forma do cooperativismo, contornar as dificuldades que o capitalismo trouxera para os trabalhadores assalariados. O sistema cooperativista é resultado das lutas dos trabalhadores pela própria sobrevivência, que, pela dificuldade de competir com as transformações trazidas pela Revolução Industrial, se uniram em

grupos a fim de criar um novo sistema de produção diante das novas necessidades do mercado (HOLYOAKE, 1933).

O ato de cooperar pode ser encontrado em sociedades bastante remotas, entretanto o cooperativismo como “sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX” (COSTA, 2007, p.58).

No entanto, a cooperação é uma ação conjunta com o mesmo objetivo, já o cooperativismo, significa sistema, doutrina ou ideologia, e a cooperativa seria uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim (COSTA, 2007). Neste contexto, as cooperativas têm um importante papel na melhoria das condições dos produtores, auxiliando no desenvolvimento econômico e social possibilitando a geração de trabalho e renda.

Bialoskorski Neto e Balieiro (2000) apud Martins e Passador (2009) afirmam que a associação de pessoas e o cooperativismo são instrumentos importantes que podem contribuir, por exemplo, para a permanência de pequenos produtores no campo e identificar estratégias que possam promover o desenvolvimento econômico, social e humano.

De acordo com Sette, A.; Sette, R.; Souza (2005, p. 3),

A organização cooperativista tem como objetivo fortalecer os pequenos produtores filiados a ela, mas isto só é alcançado quando seus princípios são seguidos. Através da Cooperativa o cooperado obtém benefícios que sozinho seriam quase impossíveis de conseguir, como: facilidade na obtenção de crédito; garantia de venda de seu produto; insumos mais baratos; qualificação de seu produto; assistência técnica (agrônomo, veterinário, administrador), isenção de tributos, e outras.

Dessa forma os cooperados podem encontrar na organização cooperativa uma forma de amenizar suas dificuldades, pois essa união de forças pode dar suporte para enfrentar a concorrência do mercado.

Podemos dizer que o cooperativismo moderno é fundamentado nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale” e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão que representa o movimento cooperativista, tem como função básica preservar e defender esses princípios cooperativistas. Ao passar dos anos foram feitas algumas modificações em congressos da ACI como em 1937 (Paris), 1966 (Viena) e em 1995 (Manchester) foram selecionados os sete princípios importantes para o sistema cooperativista (ANTONIALLI; SOUKI, 2005).

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é defensora dos princípios cooperativistas, que servem de linhas orientadoras, pelas quais as cooperativas levam seus valores à prática, deixando o sistema cooperativo eficaz, sendo eles: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática e livre; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade (OCB, 2017).

A intercooperação é um dos princípios do cooperativismo que proporciona um melhor funcionamento das organizações cooperativas para que estas atendam com maior eficácia aos seus membros. Desse modo, é uma forma das cooperativas se organizarem em conjunto, unindo forças para estrategicamente atender novos mercados, tendo por objetivo fortalecer o negócio das

cooperativas, pensando nos seus associados (KONZEN; OLIVEIRA, 2015). A respeito da intercooperação, Bialoskorski Neto e Gomes (2010, p.10) apontam:

A cooperação entre firmas pode ser eficiente em função da redução de custos de transação para o sistema, ou pela complementaridade de funções e redução de custos, ou pelo ganho de poder de mercado, ou pela governança mais eficiente, ou ainda pela resolução de jogo com um maior valor para os jogadores.

Dessa forma, os cooperados podem encontrar na organização cooperativa uma forma de amenizar suas dificuldades, pois essa união de forças dá suporte para enfrentar a concorrência do mercado. Nesse sentido, a intercooperação pode ser uma forma de diminuir a competitividade enfrentada pelas cooperativas individualmente, aumentando os lucros e reduzindo custos, devido a essa atuação conjunta no mercado.

Abordando o ramo agropecuário, do qual faz parte a agricultura familiar, a ausência de intercooperação entre cooperativas desse ramo é ocasionada pelas frequentes crises financeiras por parte de algumas cooperativas, pois estas pressupõem que poderão perder autonomia quando associadas a outras, já que várias cooperativas agropecuárias enfrentam crises, não expondo seus problemas, deixando para as demais uma incerteza no que se refere à possibilidade de intercooperação (KONZEN; OLIVEIRA, 2015).

Alguns desafios surgem posteriormente à união das cooperativas, tais como a busca por inovação, agilidade, concorrência de produtos, acesso a tecnologias, sustentabilidade, acesso a mercado externo, bem como a ampliação da oferta de produtos, pois é preciso estar a par das novas tecnologias e modos de produção, produzir em tempo hábil para suprir as demandas do mercado, mantendo-se competitivo e com responsabilidade social e ambiental. Além disso há o desafio da adaptação dos gestores das cooperativas para trabalharem em conjunto sendo que eles vêm de culturas diferentes e precisam administrar suas particularidades respeitando o ponto de vista dos demais.

Em que pese a existência de desafios a serem superados na intercooperação, as vantagens se dão na possibilidade de agregação de valor, de oferta de produtos diferenciados, de atuação em novos segmentos de mercado, do uso de novas tecnologias sustentáveis, do desenvolvimento de inovações, da exportação para novos mercados, do aumento de poder de barganha, do desenvolvimento de relacionamentos entre as cooperativas (LAGO, 2009). Dessa forma a intercooperação contribui para o crescimento da agricultura familiar, e das cooperativas, trazendo benefícios, mas também novos desafios, exigindo mudanças e novas formas de atuação de ambas as partes para o sucesso do coletivo.

Na intercooperação, a confiança é o requisito primordial para o sucesso da organização, porque ela ajuda a gerar e manter a interação e a ordem social, podendo contribuir para o crescimento da organização de forma que haja transparência e comprometimento dos gestores envolvidos nas cooperativas que compõem a intercooperação (LAGO, 2009).

Esses relacionamentos cooperativos individuais ou em redes, quando trabalham por melhores resultados para suas organizações, buscam compartilhar suas informações e experiências,

de forma que possa diminuir suas inseguranças e incertezas, podendo ajudar no fortalecimento da organização e contribuindo com a cooperação (SILVA, 2013). Desse modo, a confiança entre as cooperativas é de grande importância para que consigam expandir o seu mercado e manter a relação intercooperativa.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta do presente trabalho, quanto aos objetivos, pode ser definida como uma pesquisa exploratória, a qual tem como objetivo uma maior aproximação com o tema visando expor e construir hipóteses sobre o problema identificado, trazendo flexibilidade no planejamento e possibilitando o uso variado dos aspectos que envolvem o fato abordado. Trata-se também de uma pesquisa descritiva que busca principalmente descrever as características de determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas para coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos, o trabalho se caracteriza como um estudo de caso que, conforme sinaliza Yin (2001), é uma forma de analisar acontecimentos contemporâneos dentro do seu contexto, utilizando a observação direta e entrevistas sistemáticas, possibilitando lidar com uma variedade de evidências como documentos, entrevistas e observação.

O trabalho foi realizado com a Central de Cooperativas da Agricultura Familiar – UNICENTRAL, localizada no município de Santa Maria/RS. Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a leitura de textos e artigos que tratam o tema, como base para elaboração do questionário a ser aplicado em entrevista para coleta de dados. Foram utilizadas como ferramenta a observação, entrevista semiestruturada com o presidente da UNICENTRAL e presidentes das demais cooperativas que compõem a central, bem como análise de documentos, tais como estatuto e ata da cooperativa.

Foram entrevistados os presidentes das sete cooperativas que constituem a central e também o presidente da UNICENTRAL, sendo a central localizada no município de Santa Maria e as demais cooperativas localizadas em diferentes cidades da região centro do Estado do Rio Grande do Sul, RS. As entrevistas foram gravadas, tendo cada uma em torno de trinta minutos de duração, realizadas no período de uma semana e de acordo com a disponibilidade de cada presidente entrevistado, contendo perguntas abertas de fácil interpretação referente à constituição, relacionamento das cooperativas com a central, desafios, perspectivas, acesso a mercados e a importância da intercooperação no contexto da agricultura familiar, dentre outras questões.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. A constituição da UNICENTRAL

A respeito da constituição da Central o entrevistado 1 coloca que foi um processo muito longo, começou no ano de 2012, onde existia o território da cidadania, que é um instrumento de políticas públicas do governo federal. Nesse território, tinha vários órgãos que participavam, por exemplo: prefeituras, poder público do estado, universidades, EMATER e toda sociedade civil, no

caso as cooperativas, associações, rádio comunitária e os sindicatos, sendo que foi neste contexto que surgiu a ideia de participar dos mercados institucionais PAA e PNAE. Em conversas nesse território surgiu a possibilidade, com os órgãos públicos federais, em adquirir 30% de produção da agricultura familiar para o PNAE. Isso condiz com a Lei 11. 947 que estabelece que 30% dos recursos para alimentação escolar devem ser destinados a compra produtos da agricultura familiar.

Foi pensado no grande mercado que abriria para agricultura familiar, pela dificuldade dos produtores individualmente ou mesmo organizados em cooperativas atender esses mercados. A partir disso, surgiu a ideia de constituir uma central de cooperativas onde pudesse aumentar a oferta e a variedade de produtos onde conseguiria atender o mercado local e aos mercados institucionais.

Conforme a ATA de constituição, as cooperativas que fizeram parte da constituição foram apenas cinco, são elas: COOPERCEDRO, de Santa Maria; COOMAT, de Toropi; Cooperativa Agrária São José, de Jaguari; COPIVORÁ, de Ivorá; e a Cooperativa Querência; de São Sepé. Atualmente duas dessas cooperativas fundadoras estão inabilitadas com a questão da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), mas estão trabalhando para que consiga atuar como UNICENTRAL. Na sequência, integralizaram mais duas cooperativas a COOPERSANTA, de Santa Cruz do Sul, e a COOMAFIT, da região de Terra de Areia, totalizando sete cooperativas, mas hoje apenas cinco aptas a comercializar como UNICENTRAL.

Os presidentes das cooperativas que compõem a UNICENTRAL, quando questionados de como foi tratado internamente com os associados essa decisão em associar-se a outras cooperativas e se houve alguma resistência por parte dos associados em constituir uma central de cooperativas em Santa Maria, a maioria disse que primeiramente foi feito uma reunião com a diretoria da cooperativa, depois levado para assembleia, onde pudesse ser aprovado pelos associados, onde a maioria entrou em concordância e aprovaram à integralização na UNICENTRAL.

É importante destacar que essa central não está em funcionamento, pois segundo o entrevistado 1 não tem ainda uma estrutura para recebimento e armazenagem dos produtos, portanto conta com a parceria da COOPERCEDRO na utilização de uma parte do prédio para armazenagem da documentação. Ainda não tem um quadro de funcionários, mas tem a diretoria, conselho fiscal, no entanto não são remunerados, segundo o entrevistado 2,

a nossa cooperativa que tem puxado todas as ações da central, tanto que o escritório está situado no mesmo prédio, claro que separado cada um com sua sala, e muitas vezes a gente apoia com equipamentos e até com o deslocamento de produtos que vem de outras cooperativas, a gente tem apoiado a nossa central daqui (ENTREVISTADO 2).

Dessa forma é possível observar que apesar da UNICENTRAL ainda não está funcionando, as cooperativas estão articulando entre si e se apoiando, pois estas construíram uma relação a partir do momento da constituição da central, que de certo modo influência nas ações dessas cooperativas singulares fazendo com que estas pensem coletivamente.

Para o entrevistado 1, a motivação em constituir uma central de cooperativas em Santa Maria, é através da produção das cooperativas singulares, reunir forças e acessar os mercados institucionais.

A motivação foi conseguir organizar através da produção das cooperativas singulares, acessar mercado institucional, que se criou toda essa possibilidade de 2012 em diante. Foi iniciado em 2012 como já tinha falado, esse era o fator. Bom como é que nós vamos acessar isso, devemos nos reunir, juntar forças, foi onde que nós juntamos as cooperativas (ENTREVISTADO 1).

Para o entrevistado 3 a COOPERCEDRO foi um agente motivador para a constituição de Central foi destacado, reforçando a importância da presença de um agente que estimule o processo. Também foi salientado o papel do incentivo governamental para viabilizar o projeto. Dessa forma, a motivação veio através da COOPERCEDRO, por ter tido a ideia de constituir a central e motivado as outras cooperativas a unir-se, também do Governo Municipal, onde a prefeitura vai disponibilizar uma área para montar a estrutura da UNICENTRAL e ainda pela região ser de bastante consumo, onde concentra o exército, universidade e por ser um município ferroviário.

Através da COOPERCEDRO, e através do governo municipal onde tinham uma área foi disponibilizada, era uma indústria de laticínio, mas em Santa Maria por ser uma região central, mas a gente entende que é um município consumidor, um município ferroviário de quartéis de universidade, então é um município de grande consumo e por esta numa localização que centralizaria para fazer esse intercambio (ENTREVISTADO 3).

A oportunidade de vender os produtos fora da sua região, tendo um local para armazenagem da sua produção e conseqüentemente fazer a distribuição foi colocado pelo entrevistado 4, também foi apontada como uma motivação, além da importância de fazer a troca de produtos com as outras cooperativas associadas, podendo assim ampliar o mercado.

A vantagem de poder vender fora da região de ter uma estrutura para armazenagem, distribuição, entrega, uma forma de ampliar o mercado, uma forma de trazer os produtos do litoral, e também na volta o caminhão poder levar para nossa região os produtos que são produzidos aqui na região de santa maria como o arroz, que é um produto que tem menos nas nossas cooperativas (ENTREVISTADO 4).

Foi ressaltado a sazonalidade dos produtos, que em determinadas épocas umas cooperativas têm e outras não têm, pelo fato do clima da região – exemplo dado pelo entrevistado 4 –, ‘por ser uma região do litoral produz bastante banana, que em outras regiões até produzem, mas com menos frequência’. Os demais entrevistados comentam, sobre a diversificação dos produtos das cooperativas – exemplo colocado pelo entrevistado 5 – ‘que cada cooperativa tem suas particularidades, uma produz mais arroz, feijão, milho, outra é forte nos hortifrúteis, a outra é na venda de sucos’. Assim eles destacam que a produção de cada cooperativa que faz parte da UNICENTRAL, consegue complementar o grupo de produtos demandado pelos mercados, tanto o privado quanto o institucional.

para conseguir vender para os órgão públicos, tipo pro governo pra merenda pros quartéis, cada cooperativa individual seria mais difícil de atender as chamadas públicas, no caso a COOMAT tem só arroz, as outras cooperativas tem hortigranjeiros, feijão, suco de uva, então se resolveu juntar todas elas para poder oferecer os produtos e fazer parte do chamamento, pra uma cooperativa participa fica difícil, então foi discutido

bastante para criar essa cooperativa central sediada em Santa Maria (ENTREVISTADO 5).

Outro ponto destacado foi a localização geográfica da UNICENTRAL. Os entrevistados apontaram que o que motivou a constituir a UNICENTRAL em Santa Maria, foi pelo fato do grande mercado consumidor e por ser uma cidade central, possibilitando uma dinâmica para o recebimento e distribuição dos produtos, otimizando a logística.

Ela foi criada para otimizar a logística e a comercialização dos nossos produtos e o nosso produto chegar até o mercado consumidor no caso Santa Maria que o local mais abrangente, então formamos essa central em função disso, nós tentamos conseguir comercializar nossos produtos (ENTREVISTADO 6).

por ser um grande centro, e tem a universidade, quartéis, e a falta que tem de produtos em Santa Maria e Jaguari é uma cidade agrícola com bastante produção, então surgiu a ideia de constituir em Santa Maria por causa da logística (ENTREVISTADO 7).

No contexto atual de produção, os associados buscam no cooperativismo formas de se inserir no mercado competitivo, juntando forças por meio de uma cooperativa. Entretanto conforme destacam Lago e Silva (2012) essa união já não é mais suficiente para garantir o acesso e se faz necessária a cooperação não apenas entre os associados e a cooperativa, mas também através da intercooperação, ou seja, cooperação entre cooperativas.

Dessa forma podemos entender a importância da intercooperação, para a agricultura familiar, sendo que pequenos agricultores não conseguem colocar seus produtos em grandes mercados mesmo organizados em cooperativas. Do mesmo modo o entrevistado 6, ressalta a importância de pequenas cooperativas se organizarem e constituírem uma central.

é de suma importância, um agricultor não faz nada, uma cooperativa não faz grande coisa, dentro do seu município faz, mas dentro da região não faz, então essa maneira de intercooperar com outras cooperativas até quando nós chegamos na rede de cooperativas foi em função disso, nos unimos para nós se fortalecer e poder trabalhar o produto, a organização da agricultura e poder vender no mercado institucional (ENTREVISTADO 6).

Quando falamos de motivação em constituir uma central de cooperativas da agricultura familiar, podemos identificar as dificuldades e necessidades dos agricultores e das cooperativas, na questão de vender seus produtos, então eles encontram na intercooperação uma forma de conseguir colocar sua produção no mercado local e também abraçar um grande mercado que é o institucional. Analisando os resultados das entrevistas, percebe-se o que os motivou a constituir a UNICENTRAL em Santa Maria foi a demanda de produtos que a cidade oferece e essas cooperativas sozinhas não conseguem atender, além disso, foi observado que Santa Maria por ser uma cidade central do estado, acaba facilitando o recebimento da produção e favorece a questão da logística.

5.2. As relações sociais na intercooperação e os desafios

Conforme os presidentes entrevistados, as cooperativas singulares, mantêm a comunicação através de telefonemas, e-mail, redes sociais e reuniões mensalmente e quando há algum assunto de urgência o presidente da central entra em contato e marca a reunião antecipadamente. Também colocam que a relação entre as cooperativas é de parceria, mesmo ainda sem atuar como central, sendo destacado o papel da COOPERCEDRO.

fizemos uma troca de produtos, levamos também produtos de santa maria para região metropolitana, então existe esta intercooperação essa troca de produtos, mas hoje a gente está vendendo direto e a COOPERCEDRO entrega, por uma questão burocrática da central, porque está saindo agora a documentação da central, mas a ideia é que saia pela central (ENTREVISTADO 4).

Também coloca que as reuniões quando se trata de UNICENTRAL sempre foram bem abertas e claras para todas as cooperativas que compõem a central e que a transparência é o principal requisito para se ter confiabilidade.

Conforme o entrevistado 5, no que se trata de comunicação, todas as vezes que precisou de alguma informação sempre foi bem atendido com a melhor disposição possível. Ressalta que não existe estratégia para manter a coesão social, o que existe é o trabalho sério, desde que a confiança esteja a frente de todas as relações.

Para o entrevistado 2, a estratégia é mostrar a credibilidade que todas as singulares vão ter, além de oportunidades de vender seus produtos e que nem uma cooperativa seja mais favorecida nas vendas que as outras, mesmo que tenha produtos diferentes, mantendo sempre um controle igualitário para a partir disso ir construindo confiança entre as cooperativas que fazem parte da central.

O entrevistado 6, relata que quando constituíram a central, cada presidente das singulares, assumiu um papel na diretoria da central, então cada cooperativa compõem a estrutura organizacional da UNICENTRAL e isso facilita que haja transparência e construa confiança entre as cooperativas.

Segundo o entrevistado 3, para que se construa confiança entre as cooperativas, primeiramente é a idoneidade das pessoas, segundo a presteza das cooperativas de assumir com os compromissos que venha ser firmados pela a central, sem que nenhuma cooperativa deixe de cumprir com o que for tratado e com isso traga futuros problemas para o grupo.

O entrevistado 7, relatado que no momento algumas cooperativas estão um pouco retraídas, desacreditadas em função da UNICENTRAL não estar em funcionamento, então ele não enxerga confiança ainda, mas ressalta que no momento que a central começar as atividades, a confiança com o tempo vai surgindo aos poucos.

Segundo o entrevistado 1, para desenvolver confiança e manter a coesão social entre as cooperativas primeiramente tem que tratar as questões que envolva a central com muita clareza e transparência com as cooperativas, propondo o que ela vai produzir, com o que ela vai contribuir, mas antes planejando os assuntos a serem debatidos onde todas possam chegar a um entendimento.

O entrevistado 4, comenta que um dos desafios é colocar a central para funcionar, até porquê foi constituída em 2014, mas ainda não foi colocada para operacionalizar, isso por questões burocráticas e por não ter uma estrutura própria para recebimento da produção, mas ressalta que aos poucos tudo vai se organizando e também admite que a COOPERCEDRO está fazendo o papel de uma central.

Conforme o entrevistado 8, também salienta que a central tem o desafio de se consolidar, para ampliar o acesso aos mercados e aos programas institucionais.

Quanto ao entrevistado 2, este espera que as cooperativas mantenham a interação entre elas e que a consolidação da UNICENTRAL contemple seus anseios e expectativas de modo que não tenham muitas dificuldades para comercialização. Ele traz como sendo “um dos pontos chave” é que a central tenha o cuidado de atender às cooperativas igualmente, visto que algumas podem se destacar em questão de logística e organização dos agricultores quanto a produção, então cabe a central trabalhar de forma que não prejudique nenhuma delas.

Na perspectiva do entrevistado 6, o desafio é conseguir com facilidade ampliar o acesso a mercados institucionais e o mercado comum, ressalta que é difícil as cooperativas da agricultura familiar por serem de pequenas produções, sozinhas conseguir chegar nesses mercados e manter um ritmo de vendas sem muitas variações, então ele coloca que a central vai ser a ferramenta que vai atender essa necessidade.

Para o entrevistado 3, os desafios são muito grandes, ele coloca que tem muito gargalos de logística, fiscalização e também de inspeção pelo fato que a Querência é formada por pequenas agroindústrias e tem muitos produtos derivados de animais. Sendo assim, cada técnico tem uma ideia, compreensão da lei, entendimento de agroindústria, podendo haver muitas modificações até chegar a um padrão a seguir, para poder atender as demandas requeridas pela central.

Segundo o entrevistado 7, o maior desafio é conseguir manter as cooperativas unidas, sendo que algumas estão com falta de documentação (como a DAP) resultando na demora do processo para começar operacionalizar a central, causando desânimo e falta de confiança nos demais, mas mesmo assim o presidente se mostra confiante e esperançoso de que essas dificuldades serão superadas.

Na visão do entrevistado 5, um dos desafios será manter o trabalho cooperativo sério constantemente, pois trabalhar com mercados institucionais é trabalhar com o governo, sendo que a cada quatro anos muda o governo e a cada três anos muda a diretoria da cooperativa e nessa troca de diretoria pode haver pessoas que usem a cooperativa para fazer “cabides políticos” podendo gerar visões diferentes, sendo que nem todo governo tem a boa vontade de atender as demandas do sistema cooperativista, ocasionando o não sucesso do projeto da central. Outro desafio que ele coloca é que a central consiga se manter no mercado competitivo, pois segundo ele existem novas grandes cooperativas no RS, que estão muito agressivas, ou seja, representam forte concorrência para as demais, sendo então necessária maior cooperação de todos os setores onde todos possam se manter no mercado.

Além de se constituir como uma central de cooperativas a UNICENTRAL recentemente passou a fazer parte da Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia

Solidaria (RedeCoop) que foi fundada em julho de 2017, como uma forma de promover a intercooperação conectando-se a outras cooperativas da agricultura familiar do Rio Grande do Sul e com vistas a integração da produção, organização e distribuição de alimentos a mercados consumidores.

Sendo assim conforme Lago e Silva (2012) através de parcerias estratégicas, há maior possibilidade de suprir necessidades e resolver os problemas enfrentados pelas organizações cooperativas, para além de quando estas atuam sozinhas. Assim unindo competências, compartilhando os custos e o conhecimento adquirido, trabalhando em conjunto essas cooperativas podem oferecer maior variedade de produtos e de melhor qualidade, desenvolvendo e utilizando seus recursos com maior eficiência.

6. CONCLUSÕES

Considerando a importância da agricultura familiar e o que esta representa para as famílias e comunidades no que tange seu desenvolvimento social e econômico, bem como as demandas de consumo de produtos agrícolas da região de Santa Maria, percebe-se o papel fundamental desse segmento em nossa sociedade.

O estudo buscou avaliar a importância da intercooperação para as cooperativas de agricultura familiar da UNICENTRAL, observando as estratégias adotadas, perspectivas e desafios enfrentados bem como o processo de constituição da central na região de Santa Maria/RS.

Nesse sentido, através das entrevistas realizadas com os gestores das cooperativas que compõem a UNICENTRAL, foi possível constatar que as cooperativas auxiliam na produção, comercialização, ou seja, geração de renda e sustento das famílias, especialmente de pequenos produtores, já que estes sozinhos ou até mesmo unidos em cooperativas, muitas vezes tem dificuldades para comercializar sua produção e acessar os mercados. Dessa forma, a intercooperação, como um princípio do cooperativismo, traz uma nova forma de cooperação, aprimorando o trabalho realizado nas cooperativas singulares, pois estas atuam de maneira conjunta o que facilita angariar preços, acessar mercados que até então não eram alcançados pelas cooperativas. Ainda a respeito da intercooperação, segundo os presidentes das cooperativas singulares, os produtores percebem a importância dessa união entre as cooperativas, para a ampliação de sua produção e, respectivamente, o aumento de sua renda, estando esperançosos quanto ao funcionamento efetivo da central.

Ademais, fica visível que para os presidentes entrevistados, a clareza, a transparência nas ações e o trabalho conjunto são requisitos fundamentais para o sucesso de todos os envolvidos. Assim, a intercooperação contribui significativamente com o crescimento das cooperativas, trazendo oportunidades, novas formas de comercialização e o fortalecimento da agricultura familiar, aproximando o agricultor do consumidor.

Quanto às limitações do estudo, o acadêmico se limita ao que foi trazido de informações nas respostas dos entrevistados e a visão que estes têm do processo que vivenciam, não sendo possível ampliar o leque de informações coletadas para outros membros das cooperativas, o que certamente

contemplaria de forma mais eficaz o objetivo do estudo. Entretanto dentro dos objetivos propostos foi possível visualizar aspectos importantes do cooperativismo e ampliar o conhecimento sobre o tema abordado.

Por fim, este estudo oportunizou não só a aproximação do acadêmico com um pouco da realidade das cooperativas, em especial da intercooperação, mas indiretamente do processo vivenciado pela agricultura familiar para a comercialização dos seus produtos.

REFERÊNCIAS

ANTONIALLI, L. M.; SOUKI, G. Q. (2005). *Princípios cooperativistas e modelo de gestão: um estudo sobre conflitos de interesses entre grupos de produtores rurais*. in: congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural, 43., 2005, ribeirão preto. anais... ribeirão preto: sociedade brasileira de economia e sociologia rural.

BIALOSKORSKI NETO, S.; GOMES, C. B. (2010). Um ensaio sobre os desafios da intercooperação entre cooperativas agropecuárias no Brasil. *Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)*. Brasília. Recuperado em 15 de junho de 2017 de: <<https://www.fearp.usp.br/cooperativismo/40.pdf>>.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. F. (2000). Capital social e cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo: um ensaio analítico. *Texto para Discussão – Comissão de Pesquisa e Publicações da FEA-RP/USP*. Ribeirão Preto.

BRASIL. Lei 11.326/2006, 24 de julho de 2006. *Presidência da República Casa Civil*, Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. 2006. Recuperado em 23 de outubro de 2018 de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução n.01, de 16 de janeiro de 2003*. Estabelece critérios para o repasse dos recursos financeiros à conta do PNAE, previstos na medida provisória n.2, de 24 de agosto de 2001. Recuperado em 02 de outubro de 2018 de: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000001&seq_ato=000&vlr_ano=2003&sgl_orgao=CD/FNDE>.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Pronaf: 20 anos de apoio aos agricultores familiares. Recuperado em 07 de dezembro de 2018 de: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares>>.

CAMARGO, R. A. L. de. BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. de. (2013). O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Revista Temas de Administração Pública*. São Paulo, v. 8, n. 2, 2013. Recuperado em 23 de outubro de 2017 de: <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>>.

COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR. Recuperado em 25 de outubro de 2018 de: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cooperativismo-na-agricultura-familiar>>.

COSTA, L. de S. (2007). O Cooperativismo: uma reflexão teórica. *Ciências Sociais em Perspectiva*. Paraná, p. 55- 64, 2007.

FERNANDES, A. M. S. (2013). *O Pronaf na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados*. Porto Alegre 2013.

- GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, p. 41-42.
- GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (2010). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, São Paulo, v. 6, n. 2 p. 97-129, mai./ago.
- HOLYOAKE, G. J. (1933). Os 28 tecelões de Rochdale. *História dos Probos Pioneiros de Rochdale*, [cooperativa; Inglaterra] Rio de Janeiro; GB (Brasil), 124 p.
- KONZEN, R. R. P.; OLIVEIRA, C. A. O. (2015). Intercooperação entre Cooperativas: Barreiras e desafios a serem superados. *Revista de Gestão e Organizações cooperativas*, Santa Maria/RS, v. 2, n. 4. JUL./DEZ.
- LAGO, A. (2009). *Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamento intercooperativos no cooperativismo agropecuário*. 2009. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.
- MINATEL, J. F.; BONGANHA C. A. (2015). Agronegócios: a importância do Cooperativismo e da agricultura familiar. *Empreendedorismo, Gestão e Negócios*. São Paulo, v. 4, n. 4, p. 247- 259.
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Princípios do cooperativismo. Recuperado em 23 de outubro de 2018 de: < <http://www.ocb.org.br>>.
- PÉREZ, F. I. C. (2011). *A agricultura familiar superando desafios em contextos concorrenciais*. 2011. p.148. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- PREZOTTO, L. L. (2016). *Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado*. Contag. Brasília.
- RIBEIRO, A. L. de P.; SILENE, C.; DJULIA, T. B. (2013). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*. Cruz Alta/RS v. 1, n. 1.
- ROSSÉS, G. F.; FERREIRA, G. M. V.; GELATTI, C. B.; STECCA, J. P. (2010). *Sistema de Gestão em Cooperativas: o caso da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos*. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.
- SALES, J. E. (2010). *Cooperativismo: Origens e Evolução*. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*. n. 1.
- SETTE, A. T. S.; SETTE, R. S.; SOUZA, M. (2005). *A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados*. XLIII Congresso da Sober. Ribeirão Preto.
- SILVA, G. G. (2009). Cooperação entre atores da agricultura familiar: O caso da cooperativa COOP-GRANDE no município de Campo Grande – MS. *Programa de Pós-graduação em Administração*. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/MS. 2009. Recuperado em 25 de outubro de 2018 de: <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/1935>.
- SOUZA, E. F. M.; SILVA, M. G. da.; SILVA, S. P. (2012). A cadeia produtiva da Mandioculturo Vale do Jequitinhonha (MG) uma análise dos aspectos socioprodutivos, culturais e da geração de renda para a agricultura familiar. Isegoria– Ação Coletiva em *Revista*, Minas Gerais, v 1, n. 2, set. de 2011/fev.
- YIN, R. K. *Estudo de caso*. (2001). Planejamento e Métodos. Tradução Daniel Grassi. São Paulo: 2.ed.